



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADO POR: maioria, com 13
votos a favor e um contra do
Edil Luiz Angeli, em 1ª votação
Em 18 / 08 / 86

PARECER Nº CLJR/032/86, em 18 de agosto de 1986

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Dr. Norton Antônio Fagundes Reis

DD. Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta

APROVADO POR: maioria, em 2ª e 3ª
votações, com onze (11) votos a favor
e um (01) contra do Edil Luiz Angeli
Em 26 / 08 / 86

Presidente da Câmara

Ref.: Projeto de Resolução nº 06/86 - "dispõe sobre os subsídios do Senhor Prefeito e do Vice-Prefeito" e da Verba de Representação do Senhor Chefe do Executivo - .

Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após examinarem o referido Projeto de Lei, emitem o seguinte parecer:

a) em 11.08.86, a Mesa da Câmara Municipal de Ubá, através de seus titulares, Dr. Norton Reis, Dr. Miguel Gasparoni e Brandão Teixeira apresentaram o Projeto de Resolução nº 06/86, acima referido, "nos termos do art. 76, da Lei Complementar nº 3, de 28 de dezembro de 1972, modificada pela Lei Complementar nº 16, notadamente em seu ítem II e Parágrafo 4º";

b) O Secretário da Câmara Municipal de Ubá, Vereador Miguel Poggiali Gasparoni, por zelo, agindo com bom senso e prudência, solicitou, em nome da Casa, um MODELO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO, sobre este tema ao IMAM - Instituto Mineiro de Assistência aos Municípios, que no-lo encaminhou em 07/08/86, e cujo teor serviu de exemplo à Mesa desta Casa Legislativa;

c) O valor total a ser percebido pelo Chefe do Executivo Ubaense, conforme se depreende deste instrumento, será de Cz\$34.742,25 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois cruzados e vinte e cinco centavos).



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

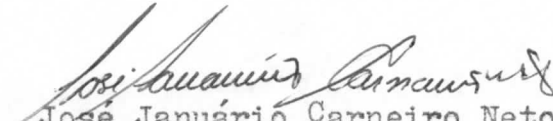
Parecer Nº CLJR/032/86, em 18 de agosto de 1986

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (continuação)

Assim sendo, Senhor Presidente, observado e conferidos os cálculos a que se refere a Lei Complementar nº 16, e o prazo de início da vigência (09/07/86), considerando a ser de competência desta Câmara a fixação destes vencimentos, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o nosso parecer, s.m.j.

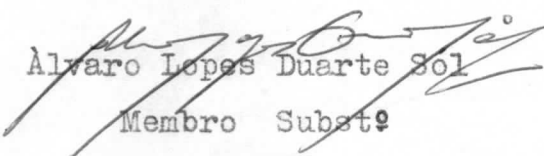
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL


José Januário Carneiro Neto

Presidente em exercício


Gualberto de Mello

Membro Substº.


Alvaro Lopes Duarte Sol

Membro Substº